



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO**

**CONCURSO PÚBLICO 2013**



**CARGO 2: TÉCNICO DO MPU – ÁREA DE ATIVIDADE: APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO  
ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO**

**LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.**

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados do cargo a que você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas. Confira, também, o seu nome e os dados do cargo a que você concorre em cada página numerada do seu caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais ou aos dados do cargo a que você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.

- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 5 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

**CADERNO DE  
PROVAS OBJETIVAS**

**NÍVEL MÉDIO**

**OBSERVAÇÕES**

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital. É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

**INFORMAÇÕES ADICIONAIS**

0(XX) 61 3448-0100  
www.cespe.unb.br  
sac@cespe.unb.br

**cespeUnB**  
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos



- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **noções de informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é o melhor  
exemplo de que a reforma do Poder Judiciário não está  
estagnada. Dez anos atrás, época em que ainda se discutia a  
4 criação do conselho, ao qual cabia o epíteto “órgão de controle  
externo do Judiciário”, a existência de um órgão nesses  
moldes, para controlar a atuação do Poder Judiciário, gerava  
7 polêmica.

Atualmente, o CNJ não só se tornou realidade, como  
ainda é citado em outro contexto. O órgão goza hoje de alto  
10 conceito como ferramenta de planejamento. É verdade que  
subsistem controvérsias acerca dos limites de sua atuação, mas  
elas permanecem em segundo plano diante de medidas  
13 moralizadoras por ele determinadas, como o combate ao  
nepotismo e aos supersalários, além da aplicação de  
penalidades aos magistrados.

16 Antes, os quase cem tribunais do país funcionavam  
sem nenhuma coordenação, e pouco — às vezes, nada — se  
sabia sobre eles. Não havia certeza sequer a respeito do total de  
19 processos, juízes e recursos. A partir da elaboração de  
relatórios como o **Justiça em Números**, o CNJ pôde, por  
exemplo, criar metas para desatar os nós da justiça brasileira.  
22 Uma delas, de 2009, previa o julgamento de todos os processos  
distribuídos antes de 2006. Identificaram-se quase 4,5 milhões  
de casos; 90% deles já foram julgados.

Folha de S.Paulo, Editorial, 7/4/2013 (com adaptações).

Em relação às informações e estruturas linguísticas do texto acima,  
julgue os itens que se seguem.

- 1 Prejudica-se a correção gramatical do texto ao se substituir  
“Identificaram-se” (ℓ.23) por **Foram identificados**.
- 2 Prejudica-se a correção gramatical do texto ao se substituir a  
expressão “Dez anos atrás” (ℓ.3) por **Há dez anos**.
- 3 O vocábulo “epíteto” (ℓ.4) introduz uma expressão que  
qualifica e explica a função do CNJ.
- 4 No segundo parágrafo, o segmento “O órgão” (ℓ.9) retoma, por  
coesão, o termo antecedente “CNJ” (ℓ.8).
- 5 Subentende-se das informações do texto que a palavra “Antes”  
(ℓ.16) remete a período recente, quando o CNJ, já criado, ainda  
não gozava do prestígio que tem hoje.

1 Inalterado desde a redemocratização, o sistema  
político brasileiro está finalmente diante de uma oportunidade  
concreta de mudanças, principalmente em relação a aspectos  
4 que dão margem a uma série de deformações e estimulam a  
corrupção já a partir do período de campanha eleitoral. Se as  
restrições históricas às transformações não prevalecerem, a  
7 Câmara dos Deputados deverá dar início ao debate sobre uma  
série de inovações com chance de valerem já para as próximas  
eleições. Mais uma vez, questões importantes como o voto  
10 facultativo e o distrital ficarão de fora, o que faz que as  
atenções se concentrem em aspectos mais polêmicos, como o  
financiamento público de campanha, a partir da criação de um  
13 fundo proposto por meio de projeto de lei. Se a intenção é  
mesmo reduzir as margens para desvios de dinheiro, é  
importante que as pretensões, nesse e em outros pontos, sejam  
16 avaliadas com objetividade e sem prejuízos.

Zero Hora, 8/4/2013.

Julgue os itens a seguir, relativos às informações e estruturas  
linguísticas do texto acima.

- 6 Infere-se da leitura do texto que há a possibilidade de  
persistirem as restrições às transformações do sistema político  
brasileiro.
- 7 Em “se concentrem” (ℓ.11) e “Se a intenção” (ℓ.13), o vocábulo  
**se** desempenha a mesma função: introduzir oração condicional.
- 8 Estariam mantidas a correção gramatical e a coerência do texto  
se, feitos os devidos ajustes de maiúsculas e minúsculas, o  
trecho “Inalterado desde a redemocratização” (ℓ.1) fosse  
deslocado e inserido, entre vírgulas, imediatamente após  
“brasileiro” (ℓ.2).
- 9 Mantém-se a correção gramatical do texto ao se substituir o  
trecho “a uma série” (ℓ.4) por **à uma série**, dado o caráter  
facultativo do emprego do sinal indicativo de crase nesse caso.
- 10 Na linha 6, o emprego do sinal indicativo de crase em “às  
transformações” justifica-se porque o termo “restrições” exige  
complemento regido pela preposição **a** e a palavra  
“transformações” está precedida de artigo definido feminino no  
plural.

1 Dependerá da adesão dos demais ministros o êxito de  
um apelo feito pelo presidente do Supremo Tribunal Federal  
(STF), para que seja extinta a prática de esconder os nomes de  
4 investigados em inquéritos criminais na mais alta corte do país.  
Ele defende que o STF deve livrar-se do costume de manter  
identidades em segredo, ou estará contrariando todos os  
7 esforços em busca de maior transparência. Enfatiza o ministro  
que o bom senso recomenda a mudança, mesmo que alguns  
dos integrantes do Supremo defendam a manutenção do  
10 procedimento adotado em 2010.

É ultrapassado o entendimento de que, ao não  
identificar os investigados, o STF estaria protegendo pessoas  
13 que, no desfecho dos processos, poderiam vir a ser absolvidas  
ou ter seus casos arquivados. Por essa norma, os investigados  
são identificados apenas pelas iniciais, como se o STF  
16 estivesse, de alguma forma, resguardando acusados de algum  
delito. Assegura o presidente que a presunção de inocência não  
justifica o que define como “opacidade que prevalece no  
19 âmbito dos processos criminais no Supremo”.

Reverter essa restrição significa, segundo a  
argumentação do ministro, ser transparente não só para a  
22 justiça, mas também para toda a sociedade.

Zero Hora, 8/4/2013.

Com base na leitura do texto acima, julgue os itens a seguir.

- 11 No trecho “Enfatiza o ministro que o bom senso recomenda a mudança” (ℓ.7-8), mantêm-se a informação original e a correção gramatical do período ao se substituir “que o” por **cujo**.
- 12 A substituição de “vir a ser” (ℓ.13) por **virem a serem** prejudicaria a correção gramatical do período.
- 13 No trecho “justifica o que define” (ℓ.18), o pronome “o” poderia ser corretamente substituído por **aquilo**.
- 14 Na linha 1, a expressão “o êxito” exerce função sintática de complemento direto da forma verbal “Dependerá”.
- 15 Seria mantida a correção gramatical do texto, caso a forma verbal “manter” (ℓ.5) fosse flexionada no plural — **manterem**.

Acerca das características gerais dos diversos tipos de comunicação oficial, julgue os itens seguintes.

- 16 Nas comunicações oficiais dirigidas a ministros de tribunais superiores, deve-se empregar o vocativo **Senhor Ministro**.
- 17 Comunicações oficiais emitidas pelo chefe do Poder Judiciário e pelo chefe do Poder Legislativo devem conter, ao final, no espaço reservado à identificação do signatário, o nome e o cargo da autoridade que as expede.
- 18 A exposição de motivos consiste na principal forma de comunicação entre os ministros de Estado e o presidente da República.
- 19 Comunicações oficiais, utilizadas para a comunicação entre órgãos do serviço público ou entre órgãos do serviço público e o público em geral, podem ser emitidas tanto pela administração pública quanto pelos cidadãos.
- 20 Para atender à exigência de uniformidade, um dos atributos da redação oficial, os expedientes oficiais de qualquer tipo devem ser estruturados conforme o padrão ofício de diagramação.


No que se refere à ética no serviço público, julgue os itens que se seguem.

- 21 Considere a seguinte situação hipotética.  
O chefe de determinada repartição pediu a um subordinado, que estava de saída para comprar um lanche em estabelecimento localizado no próprio órgão, que fosse até o supermercado mais próximo comprar fraldas. Para agradar o chefe, o subordinado prontamente atendeu a solicitação.  
Nessa situação, o chefe não cometeu falta ética, pois o subordinado já estava de saída para satisfazer um interesse pessoal.
- 22 O servidor que se valer do cargo que ocupa para lograr proveito pessoal indevido responderá por ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.
- 23 Ao colher, em seu local de trabalho, assinaturas em um abaixo-assinado para pleitear a substituição do coordenador de sua repartição, o servidor público não agirá de maneira antiética, já que o direito de livre expressão lhe é garantido por lei.
- 24 O servidor que, já tendo sido advertido por diversas vezes por condutas antiéticas no trabalho, incorra em insubordinação grave em serviço poderá ser suspenso ou demitido.
- 25 Cometerá crime de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito a servidora pública que induzir o Estado a adquirir, por preço superior ao de mercado, cartucho de impressora de empresa pertencente a seu familiar.
- 26 Cometerá ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública o servidor público que revelar a seus familiares, durante um jantar em família, os detalhes de processo que tramite em segredo de justiça contra seu chefe e do qual tenha tomado conhecimento em razão de suas atribuições.





Considerando a situação mostrada na figura acima, que reproduz parte de uma janela do MPU no Internet Explorer, julgue os itens seguintes.

- 27 O complemento MSXML, exibido como alerta na página acima, indica a existência de vírus, não devendo, portanto, ser executado.
- 28 O navegador Internet Explorer não pode ser executado no sistema operacional Linux, visto ter sido criado exclusivamente para ser executado no ambiente Windows.
- 29 Os textos, mas não as imagens publicadas do sítio em questão, podem ser inseridos no editor de texto do ambiente LibreOffice.
- 30 Ao se clicar a opção  Favoritos, é possível adicionar a página do MPU à lista de endereços favoritos.

A respeito de segurança, organização e gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas, julgue os itens que se seguem.

- 31 O *firewall* atua interceptando conexões não autorizadas e(ou) nocivas em uma rede, impedindo, assim, que elas se propaguem.
- 32 Replicar documento em *pendrive* consiste em procedimento de backup.

Relativamente ao MPU, julgue os itens a seguir.

- 33 Embora os Ministérios Públicos (MPs) junto aos tribunais de contas sejam órgãos autônomos e independentes do MPU e dos MPs dos estados, aplicam-se aos seus membros os mesmos direitos, vedações e forma de investidura.
- 34 A CF autoriza o MPU a exercer a representação judicial da Fundação Nacional do Índio em casos excepcionais e relacionados à defesa dos direitos das populações indígenas.
- 35 O procurador-geral de justiça do Distrito Federal (DF) poderá ser destituído antes do término do seu mandato, mediante representação do governador do DF e deliberação da maioria absoluta da Câmara Legislativa do DF.
- 36 O procurador-geral da República, nomeado pelo presidente da República entre integrantes do MPU com mais de trinta e cinco anos de idade, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, exercerá a chefia do MPU.

Acerca dos direitos, das garantias e das prerrogativas dos membros do MPU, julgue os próximos itens. Nesse sentido, considere que a sigla CF, doravante, sempre que empregada, refere-se à Constituição Federal de 1988.

- 37 Aos membros do MP é garantida constitucionalmente a vitaliciedade após dois anos de exercício no cargo, ressalvada a perda do cargo por sentença judicial transitada em julgado.
- 38 Uma das garantias estabelecidas pela CF aos membros do MP é a inamovibilidade absoluta.
- 39 Procurador da República que tenha ingressado na carreira após a promulgação da CF poderá exercer o cargo de secretário estadual de segurança pública, desde que esteja em disponibilidade.

Em relação ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), julgue os itens subsecutivos.

- 40 Compete ao CNMP apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos funcionais e administrativos praticados por membros do MPU e dos MPs dos estados, podendo revê-los, fixando prazo para a adoção das providências necessárias à sua correção, ou, se for o caso, desconstituí-los.
- 41 Comporão o CNMP, além de membros do MPU e dos MPs dos estados, da magistratura e da advocacia, dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, um indicado pela Câmara dos Deputados e o outro, pelo Senado Federal.

No tocante às garantias institucionais do MP, julgue o item abaixo.

- 42 Em função da autonomia financeira e administrativa assegurada ao MP pela CF, o aumento do valor dos subsídios dos membros do órgão pode ser realizado por meio de ato normativo do procurador-geral da República.

## RASCUNHO

Nos termos da Lei n.º 8.666/1993, “É dispensável a realização de nova licitação quando não aparecerem interessados em licitação anterior e esta não puder ser repetida sem prejuízo para a administração”. Considerando apenas os aspectos desse mandamento atinentes à lógica e que ele seja cumprido se, e somente se, a proposição nele contida, — proposição P — for verdadeira, julgue os itens seguintes.

- 43** O gestor que dispensar a realização de nova licitação pelo simples fato de não ter aparecido interessado em licitação anterior descumprirá a referida lei.
- 44** A negação da proposição “A licitação anterior não pode ser repetida sem prejuízo para a administração” está corretamente expressa por “A licitação anterior somente poderá ser repetida com prejuízo para a administração”.
- 45** A negação da proposição “Não apareceram interessados na licitação anterior e ela não pode ser repetida sem prejuízo para a administração” está corretamente expressa por “Apareceram interessados na licitação anterior ou ela pode ser repetida sem prejuízo para a administração”.
- 46** A proposição P é equivalente a “Se não apareceram interessados em licitação anterior e esta não puder ser repetida sem prejuízo para a administração, então é dispensável a realização de nova licitação”.
- 47** Supondo-se que a proposição P e as proposições “A licitação anterior não pode ser repetida sem prejuízo para a administração” e “É dispensável a realização de nova licitação” sejam verdadeiras, é correto concluir que também será verdadeira a proposição “Não apareceram interessados em licitação anterior”.

Em razão da limitação de recursos humanos, a direção de determinada unidade do MPU determinou ser prioridade analisar os processos em que se investiguem crimes contra a administração pública que envolvam autoridades influentes ou desvio de altos valores. A partir dessas informações, considerando  $P$  = conjunto dos processos em análise na unidade,  $A$  = processos de  $P$  que envolvem autoridades influentes,  $B$  = processos de  $P$  que envolvem desvio de altos valores,  $C_p(X)$  = processos de  $P$  que não estão no conjunto  $X$ , e supondo que, dos processos de  $P$ ,  $\frac{2}{3}$  são de  $A$  e  $\frac{3}{5}$

são de  $B$ , julgue os itens a seguir.

- 48** Selecionando-se ao acaso um processo em trâmite na unidade em questão, a probabilidade de que ele não envolva autoridade influente será superior a 30%.
- 49** O conjunto  $C_p(A) \cup C_p(B)$  corresponde aos processos da unidade que não são prioritários para análise.
- 50** A quantidade de processos com prioridade de análise por envolverem, simultaneamente, autoridades influentes e desvios de altos valores é inferior à de processos que não são prioritários para análise.